



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMGOV  
EDITAL 01/2015



Realização:



# CADERNO DE QUESTÕES

PROVA ESCRITA OBJETIVA (1ª ETAPA)

CARGO

GUARDA-CIVIL MUNICIPAL

DATA: 08/11/2015

HORÁRIO: das 08 às 12 horas

**LEIA AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR O CADERNO DE QUESTÕES**

- ☒ Verifique se este CADERNO contém um total de 50 (cinquenta) questões do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de resposta cada, das quais, apenas uma é correta. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
- ☒ As questões estão assim distribuídas:
  - LÍNGUA PORTUGUESA: 01 a 10
  - RACIOCÍNIO LÓGICO: 11 a 15
  - NOÇÕES DE INFORMÁTICA: 16 a 20
  - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 21 a 50
- ☒ O candidato não poderá entregar o **caderno de questões** antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
- ☒ As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **cartão-resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta** ou **azul escrita grossa**.
- ☒ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO e o **caderno de questões**. A não devolução de qualquer um deles implicará **eliminação** do candidato.

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto que se segue e responda às questões de 01 a 10.

### Currículo: as melhores práticas

**Reformar um currículo é algo que não se faz de maneira açodada. Exige amplo debate. No Brasil, no entanto, nada disso é levado em conta**

01 A discussão sobre currículos escolares é sempre política e polêmica. Traz consequências significativas  
02 para a educação, especialmente avaliação, formação de professores e produção de materiais didáticos. Temos  
03 muito que aprender com a experiência de países centralizados ou federalistas como Austrália, Cingapura,  
04 Finlândia, França, Inglaterra, EUA, ou com as de regiões como o cantão suíço de Genebra ou da província de  
05 Ontário (Canadá).

06 As nações desenvolvidas reformam seus currículos premidas pelas pressões crescentes da  
07 globalização, que passaram a exigir capital humano mais qualificado. Pelos avanços da neurociência e do  
08 conhecimento sobre o desenvolvimento cognitivo, que elevaram o patamar do que sabemos a respeito de como  
09 ensinar e aprender. E ainda pelos resultados de exames internacionais, que puseram os países diante do  
10 espelho, derrubando mitos e ministros da área.

11 Reformar um currículo é algo que não se faz de maneira açodada. Exige amplo debate, pois, no geral,  
12 parte dos resultados das avaliações envolve especialistas nacionais e internacionais e busca situar a educação  
13 no contexto do país avaliado.

14 Na Finlândia e na Inglaterra mudanças e ajustes curriculares tornaram-se algo recorrente. Isso permite  
15 modular melhor o que é desejável com o que é viável.

16 Reformar um currículo exige reconhecer o que deu certo e abrir mão dos erros históricos e recentes e,  
17 com base em evidências, olhar para o futuro. Os estudos realizados em função do exame internacional Timss  
18 provocaram importantes mudanças nos currículos de matemática e ciências, reduzindo a ambição e  
19 aumentando o foco e rigor.

20 Todos estão de olho no exemplo de Cingapura: o currículo da educação infantil e as opções no ensino  
21 médio se expandem, e o equivalente ao fundamental torna-se compacto e consistente. O ensino da  
22 alfabetização recuperou-se dos equívocos construtivistas, enquanto o da língua começa a abandonar os  
23 modismos dos “gêneros” e revalorizar o ensino da gramática.

24 Reformar um currículo é tarefa realizada por especialistas com competência na área, no ensino da área  
25 e por suas contribuições acadêmicas ou profissionais. Nem sempre se obtém consenso. Divergências não  
26 superadas ficam registradas em votos separados e contribuem para manter aceso o debate.

27 Depois de elaborado, a partir de princípios consistentes, é que uma nova proposta de currículo passa  
28 pelo crivo de professores qualificados, para testar a sua aderência e promover ajustes finos.

29 No Brasil, nada disso é levado em conta. O Ministério da Educação estabelece prazos curtíssimos para  
30 elaborar currículos de 13 disciplinas em todas áreas e níveis. O ensino médio está condenado a mais algumas  
31 décadas de engessamento. Não há debate. Os consultores escolhidos para a tarefa refletem o pensamento  
32 hegemônico de que a pedagogia no país se tornou vítima.

33 Uma ONG sugeriu ao ministério o nome de 60 especialistas com credenciais bastante adequadas na  
34 maioria dos casos, mas desses apenas três foram “aproveitados”.

35 Não há, no entanto, espaço para divergência. O que se prevê são apenas audiências públicas sem  
36 direito a fazer perguntas. Em raia paralela, o ministro Roberto Mangabeira Unger (Secretaria de Assuntos  
37 Estratégicos) parece disposto a apresentar proposta alternativa de currículo –e esse é todo o espaço de debate  
38 existente.

39 Por que não recomeçar do zero a discussão sobre currículos, aproveitando a experiência e a as  
40 melhores práticas dos países que têm avançado na educação?

01. A estratégia argumentativa mais frequente do autor do texto, para defender suas ideias, é:
- (A) Criticar os modismos do ensino em vários países.
  - (B) Trazer informações sobre a experiência de vários países desenvolvidos na reformulação curricular.
  - (C) Criticar abertamente o MEC.
  - (D) Mencionar a disposição do ministro Roberto Mangabeira Unger em apresentar proposta alternativa de currículo.
  - (E) Mencionar a sugestão de 60 nomes por uma ONG.
02. Levando-se em conta o trecho “O ensino da alfabetização recuperou-se dos equívocos construtivistas, enquanto o da língua começa a abandonar os modismos dos “gêneros” e revalorizar o ensino da gramática” (linha 21 a 23), julgue os itens abaixo:
- I. O autor usa, na esteira do politicamente correto, a palavra ‘gêneros’ no lugar de ‘sexo’;
  - II. O autor acaba deixando transparecer sua opinião a favor da revalorização do ensino de gramática;
  - III. O autor, para sua crítica, se pauta em farta exemplificação de vários países a fim de sustentar o argumento do trecho em análise.
- (A) Somente os itens I e II estão corretos.
  - (B) Somente o item II está correto.
  - (C) Somente o item III está correto.
  - (D) Todos os itens estão corretos.
  - (E) Todos os itens estão incorretos.
03. Levando-se em conta o trecho “Na Finlândia e na Inglaterra mudanças e ajustes curriculares tornaram-se algo recorrente. Isso permite modular melhor o que é desejável com o que é viável” (linhas 14 e 15), julgue os itens abaixo quanto ao uso da vírgula, à colocação pronominal e à referência.
- I. A expressão ‘Na Finlândia e na Inglaterra’ pode ser separada por uma vírgula;
  - II. O pronome ‘se’ em ‘tornaram-se’ pode vir antes do verbo;
  - III. O pronome ‘Isso’ recupera a informação principal do período anterior.
- (A) Somente o item I está correto.
  - (B) Somente o item II está correto.
  - (C) Somente o item III está correto.
  - (D) Todos os itens estão corretos.
  - (E) Todos os itens estão incorretos.
04. Dado o trecho “O que se prevê são apenas audiências públicas sem direito a fazer perguntas” (linhas 35 e 36), julgue os itens abaixo quanto ao uso do acento grave, à concordância e à acentuação gráfica.
- I. A forma verbal ‘prevê’, caso concorde com um núcleo no plural, deve ser grafada ‘preveem’;
  - II. O vocábulo ‘a’ antes da forma verbal ‘fazer’, no caso deste verbo ser substituído por ‘feitura’, deve receber o acento grave e deve ser usada uma preposição depois de ‘feitura’;
  - III. O vocábulo ‘públicas’, se fosse um verbo, não receberia acento gráfico.
- (A) Somente o item I está correto.
  - (B) Somente os itens I e II estão corretos.
  - (C) Somente o item III está correto.
  - (D) Todos os itens estão corretos.
  - (E) Todos os itens estão incorretos.
05. A partir do trecho “parece disposto a apresentar proposta alternativa de currículo –e esse é todo o espaço de debate existente” (linhas 37 e 38), julgue os itens abaixo:
- I. A troca de ‘apresentar’ por ‘apresentação’ requer, no ‘a’ depois de ‘disposto’, somente o uso do acento grave;
  - II. O travessão usado no trecho não pode ser suprimido;
  - III. O vocábulo ‘existente’ pode ser substituído por ‘que existe’.
- (A) Somente o item I está correto.
  - (B) Somente o item II e III estão corretos.
  - (C) Somente o item III está correto.
  - (D) Todos os itens estão incorretos.
  - (E) Todos os itens estão corretos.
06. Levando-se em conta o trecho “Os consultores escolhidos para a tarefa refletem o pensamento hegemônico de que a pedagogia no país se tornou vítima” (linhas 31 e 32), julgue os itens abaixo sobre regência verbal e substituição lexical.
- I. A preposição ‘de’, no trecho, é exigida pela expressão ‘se tornou vítima’;
  - II. A preposição ‘de’ em contextos mais informais costuma ser suprimida, mas, em contextos mais formais, como o do trecho acima, ainda é exigida;
  - III. O vocábulo ‘hegemônico’ pode ser substituído por ‘predominante’.

- (A) Somente o item I está correto. (D) Todos os itens estão corretos.  
(B) Somente o item II está correto. (E) Todos os itens estão incorretos.  
(C) Somente o item I e III estão correto.

07. O trecho “As nações desenvolvidas reformam seus currículos premidas pelas pressões crescentes da globalização, que passaram a exigir capital humano mais qualificado. Pelos avanços da neurociência e do conhecimento sobre o desenvolvimento cognitivo, que elevaram o patamar do que sabemos a respeito de como ensinar e aprender. E ainda pelos resultados de exames internacionais, que puseram os países diante do espelho, derrubando mitos e ministros da área” (linha 06 a 10) SÓ pode ser parafraseado, com manutenção de sentido original e com correção gramatical, por:

- (A) *As nações desenvolvidas reformam seus currículos pressionadas pelas pressões crescentes da globalização, as quais passaram a exigir capital humano mais qualificado; pelos avanços da neurociência e do conhecimento sobre o desenvolvimento cognitivo, os quais elevaram o patamar do que sabemos sobre como ensinar e aprender; bem como pelos resultados de exames internacionais, que puseram os países diante do espelho, derrubando mitos e ministros da área.*
- (B) *As nações desenvolvidas reformam seus currículos premidos pelas pressões crescentes da globalização que passaram a exigir capital humano mais qualificado. Pelos avanços da neurociência e do conhecimento sobre o desenvolvimento cognitivo, que elevaram ao patamar do que sabemos a respeito de como ensinar e aprender. E ainda pelos resultados de exames internacionais, que puseram os países na frente do espelho, derrubando mitos e ministros da área.*
- (C) *As nações desenvolvidas reformam seus currículos premidas pelas pressões crescentes da globalização, que passaram a exigir capital humano mais treinado. Pelos avanços da neurociência e do conhecimento sobre o desenvolvimento cognitivo que subiram o patamar do que sabemos a cerca de como ensinar e aprender. E ainda pelos resultados de exames internacionais, que puseram os países diante do espelho, derrubando mitos e ministros da área.*
- (D) *As nações desenvolvidas reformam seus currículos premidas pelas pressões crescentes da globalização, que passaram a exigir capital humano mais qualificado. Pelos avanços da neurociência e do conhecimento sobre o desenvolvimento cognitivo, que elevaram o patamar do que sabemos a respeito de como ensinar e aprender. E ainda pelos resultados de exames internacionais, que põem os países diante do espelho, derrubando mitos e ministros da área.*
- (E) *As nações desenvolvidas reformam seus currículos premidas por pressões crescentes da globalização, que passaram a exigir capital humano mais qualificado. Por avanços da neurociência e do conhecimento sobre o desenvolvimento cognitivo, que elevaram o patamar do que sabemos a respeito de como ensinar e aprender. E ainda por resultados de exames internacionais, que puseram os países diante do espelho, derrubando mitos e ministros da área.*

08. O vocábulo “açodada”, no subtítulo, SÓ não tem como sinônimo:

- (A) Apressada. (B) Acelerada. (C) Precipitada. (D) Acautelada. (E) Rápida.

09. Quanto ao uso da vírgula no trecho “Divergências não superadas ficam registradas em votos separados e contribuem para manter aceso o debate” (linhas 25 e 26), julgue os itens abaixo:

- I. O uso de vírgulas entre a expressão ‘não superadas’ não acarretaria mudança sintática e semântica;  
II. O uso de uma vírgula, após o vocábulo ‘superadas’, não acarretaria problema sintático;  
III. O uso de uma vírgula, após o vocábulo ‘divergências’, não acarretaria problema sintático e semântico.

- (A) Somente o item I está incorreto. (D) Todos os itens estão corretos.  
(B) Somente o item II está correto. (E) Todos os itens estão incorretos.  
(C) Somente o item III está correto.

10. Quanto à concordância verbal no trecho “parte dos resultados das avaliações envolve especialistas nacionais e internacionais e busca situar a educação no contexto do país avaliado” (linhas 12 e 13), marque a opção CORRETA.

- (A) A forma verbal ‘envolve’ só pode estar no singular, pois concorda com o núcleo ‘parte’.  
(B) A forma verbal ‘envolve’ só deveria estar plural, pois deveria concordar com a expressão ‘dos resultados das avaliações’.  
(C) O plural, por se tratar de expressão partitiva, também é permitido.  
(D) A frase com plural de ‘envolve’ não acarretaria mudança em qualquer outra forma verbal do trecho.  
(E) A concordância com a expressão ‘dos resultados das avaliações’ é mais uma exigência sintática do que semântica.

**RACIOCÍNIO LÓGICO**

11. Cinco pessoas – Nélio, Saraiva, Rute, Marcelo e Carlos – estão em fila num banco. São dadas as seguintes informações:

- i) Nélio é o último da fila;
- ii) Saraiva e Marcelo estão imediatamente próximos um do outro;
- iii) Rute está três lugares a frente de Saraiva.

A segunda pessoa da fila é:

- (A) Nélio
- (B) Saraiva
- (C) Rute
- (D) Marcelo
- (E) Carlos

12. “O membro mais velho do clube de xadrez tem 87 anos de idade. O senhor Paulo tem 82 anos de idade”. Baseado somente nessa informação, a opção abaixo que é SEMPRE verdadeira é:

- (A) O Sr. Paulo é membro do clube de xadrez.
- (B) No mínimo um dos membros do clube de xadrez é mais novo do que o Sr. Paulo.
- (C) A maioria dos membros do clube de xadrez tem entre 82 e 87 anos de idade.
- (D) No mínimo um dos membros do clube de xadrez é mais velho do que o Sr. Paulo.
- (E) O Sr. Paulo é mais velho do que algum membro do clube de xadrez.

13. Dados os números reais positivos  $a_1, a_2, a_3, \dots, a_{2014}, a_{2015}$ , têm-se as seguintes relações:

$$\begin{aligned} a_1 &\leq a_2 \\ a_2 &\leq a_3 \\ a_3 &\leq a_4 \\ &\vdots \\ a_{2013} &\leq a_{2014} \\ a_{2014} &\leq a_{2015} \\ a_{2015} &\leq a_1 \end{aligned}$$

Considerando a relação acima, assinale a opção CORRETA.

- (A)  $a_1 \neq a_2$
- (B)  $a_2 < a_1$
- (C)  $a_1 < a_{2105}$
- (D)  $a_1 + a_2 = a_{2105}$
- (E)  $a_1 = a_{2105}$

14. Se um metro cúbico de água pesa uma tonelada, então dez litros de água pesam:

- (A) 1 kg
- (B) 10 kg
- (C) 100 kg
- (D) 500 kg
- (E) 1000 kg

15. César constrói uma casa se, e somente se, Edson não constrói uma casa. Baseado nessa informação, NÃO se pode afirmar que:

- (A) César construir uma casa implica que Edson não irá construir uma casa.
- (B) Edson não construir uma casa implica que César irá construir uma casa.
- (C) César não construir uma casa implica que Edson irá construir uma casa.
- (D) Edson construir uma casa implica que César não irá construir uma casa.
- (E) César construir uma casa implica que Edson irá construir uma casa.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

16. O Microsoft Excel é um:
- (A) aplicativo para elaboração de planilhas eletrônicas.
  - (B) navegador *web* com recursos de segurança aprimorados.
  - (C) sistema operacional.
  - (D) aplicativo para elaboração de apresentações.
  - (E) editor de textos com recursos avançados de formatação.
17. Analise as afirmativas a seguir sobre os navegadores Google Chrome, Internet Explorer e Mozilla Firefox.
- I. O uso de complementos no Mozilla Firefox possibilita a adição de recursos extras;
  - II. A barra de pesquisa do Internet Explorer não pode ser configurada para utilizar como padrão o site de buscas Google;
  - III. O Mozilla Firefox não possui modo privativo, o que possibilitaria navegar sem guardar informações sobre as páginas visitadas;
  - IV. No Google Chrome, o uso do atalho de teclado SHIFT+T possibilita a abertura de uma nova aba.
- Estão CORRETAS as afirmativas:
- (A) Somente I e II.
  - (B) Somente II e III.
  - (C) Somente I e IV.
  - (D) Somente a I.
  - (E) Somente a IV.
18. Para cada afirmativa abaixo, informe se é verdadeira (V) ou falsa (F). Em seguida, marque a opção que corresponde à sequência CORRETA.
- ( ) O desktop é uma área de trabalho temporária que permite a criação e cópia de atalhos, mas nunca o armazenamento de arquivos e pastas, pelo usuário;
  - ( ) No Windows 7, quando o usuário seleciona um arquivo, utiliza o atalho de teclado SHIFT+Delete e realiza as confirmações necessárias, o arquivo é movido para a lixeira.
  - ( ) Utilizando o Windows Explorer, é possível copiar dados de um pendrive conectado na porta USB para o computador e vice-versa;
  - ( ) No Windows 7, configurado com a instalação padrão, o painel de controle pode ser acessado pelo Menu Iniciar ou através de um atalho na área de trabalho, quando criado pelo usuário.
- (A) V – F – F – V
  - (B) F – F – V – V
  - (C) F – V – F – F
  - (D) V – V – F – V
  - (E) F – F – F – V
19. Sobre o sistema operacional Linux, é INCORRETO afirmar que:
- (A) O usuário *root*, também conhecido como super-usuário, possui acesso a todos os arquivos e pastas do sistema.
  - (B) O comando *ls*, quando executado em um terminal, é responsável por listar todos os arquivos e subdiretórios dentro de um diretório.
  - (C) O comando *cd /usr/temp* cria o diretório *temp* dentro do diretório *usr*.
  - (D) Todo e qualquer arquivo executável não precisa possuir o sufixo *.exe*.
  - (E) Grub e Lilo são gerenciadores de inicialização.
20. Assinale a opção que corresponde a distribuições Linux.
- (A) KDE e Slackware.
  - (B) Ubuntu e Suse.
  - (C) Red Hat e Gnome.
  - (D) Ubuntu e Grub.
  - (E) Suse e Lilo.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Não é considerado ato lesivo à conservação e à limpeza de calçadas dos imóveis no município de Teresina:
- (A) O lançamento nas calçadas de papéis, panfletos, folhetos e impressos de qualquer natureza, especialmente os de caráter publicitário.
  - (B) Realizar reparo ou manutenção de veículo sobre a calçada, desde que este pertença ao proprietário do imóvel.
  - (C) Colocar lixo nas calçadas fora do horário de recolhimento da coleta regular e dos padrões de higiene e acondicionamento adequados.
  - (D) Atirar direta ou indiretamente nas calçadas confetes e serpentinas, nos dias de comemorações públicas especiais.
  - (E) Realizar trabalhos que impliquem em derramar óleo, gordura, tinta, combustíveis nos passeios e no leito da via.
22. O Código de Postura do Município de Teresina considera lixo o conjunto heterogêneo de resíduos sólidos provenientes das atividades humanas, classificando-o em lixo domiciliar, lixo público e resíduos sólidos especiais, assim sendo é CORRETO afirmar:
- (A) É desnecessário o acondicionamento do lixo em recipientes adequados, seguindo a sua classificação.
  - (B) A queima de lixo é permitida na área urbana de Teresina, desde que realizada no período noturno e em locais determinados para esse fim.
  - (C) A coleta de resíduos provenientes de hospitais, casas de saúde, ambulatórios e similares pode ser feita em veículos de carrocerias abertas, desde que devidamente identificados com a indicação “lixo hospitalar”.
  - (D) Os estabelecimentos comerciais estão desobrigados a dispor internamente recipiente para recolhimento de lixo em pequena quantidade e destinado ao uso público.
  - (E) Os estabelecimentos comerciais que vendem pilhas e baterias devem disponibilizar lixeiras destinadas exclusivamente para a coleta desses materiais.
23. É CORRETO afirmar sobre a higiene e conservação dos logradouros públicos no município de Teresina que:
- (A) É vedada a obstrução de sarjetas, valas e outras passagens de águas pluviais, assim como reduzir sua vazão.
  - (B) A Prefeitura de Teresina pode autorizar o escoamento de águas servidas das residências, pontos comerciais e industriais para rua sempre que necessário, mesmo que essa rua seja servida de rede de esgoto.
  - (C) É permitido lavar roupa ou animais em logradouros públicos previamente indicados pela Prefeitura de Teresina.
  - (D) É permitido o depósito de lixo em terrenos baldios, desde que estes estejam abandonados por seus proprietários, tudo caracterizado pela falta de sua manutenção.
  - (E) As oficinas de pintura de veículos automotores podem dispor de logradouros públicos para executarem seus serviços, desde que não obstruam a passagem de pessoas e veículos no logradouro público utilizado.
24. Para efeito da legislação do município de Teresina, considera-se divertimento público os que se realizarem nos logradouros públicos ou recintos fechados, de acesso ao público, cobrando-se ou não ingressos, devendo-se observar que:
- (A) É desnecessária a comprovação de terem sido cumpridas as exigências relativas ao zoneamento, para o funcionamento de qualquer casa de diversão, ambiente para competição ou apresentações de espetáculos ou eventos, bastando que sejam cumpridas as exigências referentes à acústica, higiene e segurança do edifício, visto que estas suprem aquela.
  - (B) A análise e a aprovação prévia dos órgãos municipais competentes quanto à localização, a acessos e a eventuais interferências na operação do sistema viário local, à ordem, ao sossego e à tranquilidade da vizinhança devem instruir o requerimento para o funcionamento de qualquer casa de diversão, ambiente de competição ou apresentações de espetáculos.
  - (C) A autorização para o funcionamento de circos e parques de diversão em locais previamente autorizados pela administração municipal deve ser concedida por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, improrrogáveis.
  - (D) Depois de concedida a autorização para o funcionamento de circos e parques de diversão, estes não mais necessitam ser submetidos à vistoria de suas instalações pelas autoridades competentes antes de franqueados ao público.
  - (E) Em nenhuma hipótese, a administração pública pode negar licença a empresários de programas ou show artísticos, que desejem realizar divertimento público, que não comprovem capacidade financeira para suportar eventuais prejuízos causados ao público.

25. Compete privativamente ao município de Teresina:

- (A) Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.
- (B) Manter a fiscalização sanitária dos estabelecimentos hoteleiros e de venda de produtos alimentícios.
- (C) Promover a prevenção e extinção de incêndio e a segurança pública.
- (D) Conceder licença para a realização de jogos, espetáculos e divertimentos públicos, em observância às prescrições legais.
- (E) Subvencionar cultos religiosos e igreja visando expandir o alcance dos ensinamentos religiosos dentro do município de Teresina.

26. Cabe à Câmara Municipal de Teresina legislar sobre matérias de competência do município. Nesse sentido, são matérias que dependem da sanção do Prefeito:

- (A) A fixação da remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, considerando que tal fixação necessita de previsão orçamentária por parte da Prefeitura de Teresina.
- (B) A convocação dos Secretários Municipais, para prestarem esclarecimentos à Câmara Municipal sobre matéria de interesse da municipalidade, dada a condição de auxiliares diretos do Prefeito de Teresina.
- (C) A obtenção de empréstimos e operações de crédito por parte do município de Teresina, assim como a forma e meio de pagamento.
- (D) A representação ao Procurador Geral de Justiça contra o Vice-Prefeito pela prática de crime contra a Administração Pública ou abuso de autoridade.
- (E) A sustação de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, por serem de competência exclusiva do Prefeito de Teresina.

27. Referindo-se aos servidores públicos municipais, considerando-se o estatuído na Lei Orgânica do município de Teresina, é CORRETO afirmar:

- (A) O município está desobrigado a proporcionar aos servidores oportunidades adequadas de ascensão profissional, mediante programas de formação de mão de obra e aperfeiçoamento.
- (B) O servidor público estável somente perderá o cargo após sentença transitada em julgado, que determine o seu afastamento em definitivo do serviço público municipal.
- (C) Uma vez extinto o cargo ou mesmo declarada a sua desnecessidade, o servidor público municipal estável permanecerá em disponibilidade remunerada até a data que preencher as condições para requerer sua aposentadoria.
- (D) O homem e a mulher, servidores públicos municipais, poderão requerer voluntariamente aposentadoria ao completarem 30 (trinta) anos de serviço e perceberão, em todo caso, proventos integrais.
- (E) O servidor público municipal será aposentado por invalidez permanente, fazendo jus a proventos integrais, desde que aquela for decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, estabelecidas em lei.

28. Também compete ao município de Teresina instituir tributos. Sobre os tributos municipais pode-se afirmar que:

- (A) O município não pode instituir contribuição, a ser cobrada dos servidores públicos municipais, que se destinem ao custeio de benefícios dos funcionários, de sistemas de previdência e assistência social.
- (B) O Prefeito de Teresina poderá, mediante decreto e sem autorização da Câmara Municipal, conceder isenção ou anistia de tributos municipais, desde que devidamente justificado.
- (C) Uma vez concedida a isenção ou a anistia, estas são irrevogáveis, uma vez que geram direito adquirido para seus beneficiários.
- (D) O município não pode instituir taxa, em decorrência de serviços públicos específicos ou divisíveis, colocados à disposição do contribuinte.
- (E) São impostos de competência do município de Teresina o imposto sobre propriedade predial e territorial urbana e o imposto sobre transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.

29. Os direitos humanos fundamentais foram conquistados ao longo da história e reconhecidos nas constituições nacionais e em cartas internacionais, porém a própria história demonstra que os direitos humanos ainda são violados. Assim, visando à proteção dos direitos e garantias individuais, coletivos e difusos, a Constituição da República Federativa do Brasil inseriu, em seu texto, os remédios constitucionais, dentre eles, aquele que é o mais antigo instrumento de proteção e garantidor da liberdade individual, aplicável tanto na hipótese de violação do direito de locomoção como na ameaça de violência, podendo ser impetrado por toda e qualquer pessoa física. Este remédio constitucional é:

- (A) Mandado de Injunção
- (B) Mandado de Segurança
- (C) *Habeas Data*
- (D) *Habeas Corpus*
- (E) Ação Popular

30. A autoridade, que exorbitar nas ações de seu cargo, poderá incorrer na prática de abuso de autoridade. Para tanto, compreende-se como autoridade quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou mesmo militar, mesmo que transitoriamente e sem remuneração. Análise os itens abaixo:

- I. O policial militar que impede o médico do serviço de urgência de prestar primeiros socorros a um meliante por ele baleado em uma troca de tiro não pratica abuso de autoridade, visto que está atuando no estrito cumprimento do dever legal;
- II. O agente de trânsito que lavra auto de infração de trânsito de um veículo indevidamente estacionado em vaga para deficiente físico e depois agride o proprietário do veículo, em razão de este recusar o recebimento do auto infracional, incide com sua conduta na prática de abuso de autoridade;
- III. O guarda municipal que conduz à Central de Flagrantes da sua cidade uma pessoa que causou dano ao patrimônio público municipal, caracterizado pela depredação de um monumento histórico, não pode ter contra si imputado a prática de abuso de autoridade, posto que tolheu justificadamente a liberdade do infrator da lei;
- IV. A falta de comunicação imediata ao juiz competente da prisão de qualquer pessoa não constitui abuso de autoridade, posto que a autoridade judiciária será cientificada da prisão no momento que lhe for entregue auto de prisão em flagrante respectivo;
- V. Pode a autoridade policial cobrar custas ou emolumentos ou qualquer outra despesa de qualquer preso sob sua custódia, a pretexto de manter a limpeza da cela na qual se encontra recolhido o preso, não caracterizando tal atitude abuso de autoridade, por ter o valor cobrado destinação específica e em favor da pessoa encarcerada.

Assinale a opção que contém somente o(s) item(ns) CORRETO(S).

- (A) I e IV
- (B) IV e V
- (C) II e III
- (D) I e V
- (E) IV

31. No que tange à violência contra a mulher, considerando o estatuído na Lei Maria da Penha, é CORRETO afirmar, EXCETO:

- (A) Não configura violação aos direitos humanos a violência doméstica e familiar contra a mulher.
- (B) Configura violência doméstica e familiar contra a mulher, qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause lesão, praticada por agressor com o qual conviva, em relação íntima de afeto, independentemente de coabitação.
- (C) Configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause sofrimento físico verificada no âmbito da família, compreendida esta como comunidade de indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa.
- (D) Cabe à autoridade policial garantir proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar, quando necessário, comunicando imediatamente ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.
- (E) Cabe à autoridade policial fornecer transporte para a mulher em situação de violência doméstica e familiar e a seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida.

32. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios, no âmbito de sua circunscrição, dentre outros:

- (A) Executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas neste Código, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito.
- (B) Realizar, fiscalizar e controlar o processo de formação, aperfeiçoamento, reciclagem e suspensão de condutores, expedir e cassar Licença de Aprendizagem, Permissão para Dirigir e Carteira Nacional de Habilitação, mediante delegação do órgão federal competente.
- (C) Vistoriar, inspecionar quanto às condições de segurança veicular, registrar, emplacar, selar a placa, e licenciar veículos, expedindo o Certificado de Registro e o Licenciamento Anual, mediante delegação do órgão federal competente.

- (D) Realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros.
- (E) Administrar fundo de âmbito nacional destinado à segurança e à educação de trânsito.
33. Quanto aos pedestres e condutores de veículos não motorizados, pode-se afirmar:
- (A) Nas áreas urbanas, não havendo passeio ou quando houver impossibilidade de utilizá-los, a circulação de pedestres sempre será feita pelos bordos da pista.
- (B) Nas áreas rurais, não havendo acostamento ou quando não for possível utilizá-lo, a circulação de pedestre sempre ocorrerá em fila única e em sentido contrário ao deslocamento de veículos.
- (C) Onde não houver faixa ou passagem, o cruzamento da via pelo pedestre poderá ser feito em qualquer sentido relativamente ao seu eixo.
- (D) Em nenhuma situação, o ciclista será equiparado ao pedestre, em direitos e deveres, no que tange à aplicação do Código de Trânsito Brasileiro.
- (E) Ao cruzar a pista de rolamento, o pedestre utilizará sempre as faixas ou passagens a ele destinadas, sempre que elas existirem numa distância de até cinquenta metros dele e levará em conta a visibilidade, a distância e a velocidade dos veículos, para fazê-lo.
34. As vias abertas à circulação, de acordo com a sua utilização, podem ser classificadas em Urbanas e Rurais. Marque a opção que contenha somente vias urbanas:
- (A) Estrada e secundária (D) Coletora e secundária
- (B) Rodovia e estrada (E) Local e Rodovia
- (C) Trânsito rápido e coletora
35. Em relação à legítima defesa, assinale a opção INCORRETA.
- (A) Na legítima defesa, pode-se utilizar de qualquer meio à disposição para repelir ataque injusto.
- (B) A legítima defesa deve ser dirigida somente contra o agressor e não contra terceiros.
- (C) Não há que se falar em legítima defesa se uma pessoa se defende de um animal raivoso que a ataca na rua.
- (D) Considera-se requisito da legítima defesa: defesa de direito próprio (legítima defesa própria) ou de terceiros (legítima defesa de terceiros).
- (E) Considera-se a existência da legítima defesa somente quando se está diante de uma injusta agressão.
36. Quanto ao estado de necessidade, é CORRETO afirmar:
- (A) Há estado de necessidade, quando a pessoa atua diante de um perigo a que deu causa propositalmente.
- (B) Em situação que não extrapole os limites legais do exercício de sua profissão, pode o bombeiro militar deixar de socorrer uma pessoa em perigo alegando estado de necessidade.
- (C) Pode-se reconhecer o estado de necessidade se havia outro modo de evitar o perigo.
- (D) Caracteriza-se o estado de necessidade mesmo diante de situação de perigo que não seja atual ou iminente.
- (E) Um dos pressupostos do estado de necessidade é a demonstração da inevitabilidade do comportamento, ou seja, a demonstração de que não havia outra forma de atuar diante da situação de perigo.
37. O homicídio é classificado como crime:
- (A) Complexo, permanente e formal. (D) Próprio, formal e instantâneo.
- (B) Próprio, complexo e formal. (E) Permanente, instantâneo e formal.
- (C) Comum, de dano e instantâneo.
38. Considera-se causa de diminuição de pena, o fato de agente ter praticado o homicídio:
- (A) Por motivo fútil.
- (B) Com uso de veneno, fogo, asfixia ou outro meio insidioso ou cruel.
- (C) Impelido por relevante valor moral ou social.
- (D) Com recebimento de recompensa.
- (E) À traição ou emboscada.

39. Segundo a Lei do Desarmamento, é CORRETO afirmar:

- (A) É desnecessário o registro no SINARM dos armeiros em atividade no país, bem com a licença para o exercício de tal atividade.
- (B) Para aquisição de arma de fogo de uso permitido, o interessado somente precisa comprovar sua ocupação lícita e residência certa.
- (C) Está proibido ao Auditor da Receita Federal do Brasil o porte de arma de fogo, visto que sua atividade laboral não é correlata à de segurança pública ou mesmo privada.
- (D) As armas de propriedade de empresa de segurança privada e de transporte de valores, legalmente constituídas, somente poderão ser utilizadas por seus funcionários quando em serviço, sendo da empresa a responsabilidade e guarda das armas registradas em seu nome.
- (E) A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, dentro do território brasileiro, é de competência das Secretarias de Segurança Pública dos Estados, respeitado o limite territorial de cada Unidade Federada.

40. Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência caracteriza o crime de:

- (A) Furto.
- (B) Receptação.
- (C) Roubo.
- (D) Extorsão.
- (E) Furto qualificado.

41. À luz da Constituição da República Federativa do Brasil, consideram-se direitos sociais:

- (A) A igualdade entre homens e mulheres e a livre manifestação de pensamento.
- (B) A inviolabilidade do domicílio, por ser a casa asilo inviolável do indivíduo e a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- (C) O direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo e o direito de herança e a não privação de bens sem o devido processo legal.
- (D) A liberdade de associação para fins lícitos e o direito à herança.
- (E) A proteção à maternidade e a assistência aos desamparados.

42. Sobre os fundamentos, princípios e objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil consagrados na Constituição de 1988, assinale a opção CORRETA.

- (A) São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre outros, não-intervenção, defesa da paz e cidadania.
- (B) A autodeterminação dos povos é direito fundamental, segundo o texto constitucional vigente no Brasil.
- (C) São fundamentos da República Federativa do Brasil: a soberania, a dignidade da pessoa humana, a cidadania, pluralismo político e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- (D) As relações internacionais da República Federativa do Brasil regem-se, também, pela construção de uma sociedade livre e justa.
- (E) O repúdio ao terrorismo e ao racismo são fundamentos da República Federativa do Brasil.

43. O texto constitucional aduz que são considerados brasileiros natos:

- (A) Os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros que estejam a serviço de seu país.
- (B) Os nascidos no estrangeiro de pai e mãe brasileiros, desde que ambos estejam a serviço do Brasil.
- (C) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham residir no Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (D) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que ambos estejam a serviço do país onde se deu o nascimento.
- (E) Os nascidos no estrangeiro, residentes no Brasil por mais de quinze anos, que requeiram a nacionalidade brasileira.

44. Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil, sobre os direitos políticos, é CORRETO afirmar:

- (A) Os prefeitos podem ser reeleitos por dois períodos subsequentes ao do primeiro mandato.
- (B) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para todo cidadão maior de dezoito anos.
- (C) O militar, para candidatar-se a um cargo eletivo, deve afastar-se de suas funções até seis meses antes do pleito eleitoral e filiar-se a um partido político, retornando às atividades laborais se não for eleito.
- (D) Não se configura condição de elegibilidade o analfabeto devidamente alistado eleitoralmente.

- (E) Os prefeitos, para concorrerem a outros cargos eletivos, devem renunciar seus mandatos até seis meses antes do pleito.
45. É de competência, concorrente, da União, dos Estados e dos Municípios:
- (A) Legislar sobre desapropriação e política de crédito.
  - (B) Legislar sobre cidadania.
  - (C) Impedir a destruição de obra de arte
  - (D) Proteger documentos e outros bens de valor histórico.
  - (E) Legislar sobre direito tributário e financeiro.
46. Sobre Segurança Pública, considerando o texto constitucional vigente no País, é CORRETO afirmar:
- (A) Ressalvadas a competência da União, cabe à Polícia Civil as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.
  - (B) Compete às polícias militares a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.
  - (C) A prevenção e a repressão ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins é de competência da Polícia Rodoviária Federal.
  - (D) Incumbe às guardas municipais a atividade de policiamento ostensivo na área territorial de seus respectivos municípios, além da proteção dos bens, serviços e instalações da municipalidade.
  - (E) É de competência da Polícia Rodoviária Federal o patrulhamento ostensivo das rodovias federais e estaduais.
47. É considerado pela doutrina de Antonio Cecílio Moreira Pires como princípio da administração pública que é o “enfeixamento de regras e princípios norteadores da administração que deve informar toda a atividade administrativa, sempre pautada por critérios de honestidade, de forma a atingir a consecução do interesse público:
- (A) Princípio da legalidade.
  - (B) Princípio da impessoalidade.
  - (C) Princípio da eficiência.
  - (D) Princípio da moralidade administrativa.
  - (E) Princípio da legitimidade.
48. Princípio que impõe a administração pública o dever de agir aplicando a medida, dentre as previstas e autorizadas em lei, que mais satisfaça o interesse público com menor ônus possível:
- (A) Princípio da eficiência
  - (B) Princípio da probidade
  - (C) Princípio da motivação
  - (D) Princípio da impessoalidade
  - (E) Princípio da razoabilidade
49. Para a elaboração do ato administrativo, exige-se o cumprimento de requisitos ou elementos, EXCETO:
- (A) Finalidade.
  - (B) Motivo.
  - (C) Competência.
  - (D) Discricionariedade.
  - (E) Objeto.
50. No que se refere aos servidores públicos, assinale a opção CORRETA.
- (A) Não é possível a acumulação de dois cargos de médicos.
  - (B) A acumulação remunerada somente será possível se um dos cargos for emprego público e o outro, uma função pública.
  - (C) Mesmo caracterizada a compatibilidade de horário, o servidor público detentor do cargo de vereador não poderá acumular os dois cargos e suas respectivas remunerações.
  - (D) A demissão de servidor público vitalício, a exemplo da demissão do servidor estável, depende de decisão judicial ou de processo administrativo.
  - (E) O sistema de remuneração do subsídio para o servidor público não impede o pagamento de adicional de férias.